

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.121 - SC (2019/0218137-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : SILMARA APARECIDA DO ROSÁRIO MORESCO**  
**ADVOGADOS : GUILHERME BELEM QUERNE - SC012605**  
**LUCIANA DÁRIO MELLER E OUTRO(S) - SC012964**  
**GREICE MILANESE SÔNEGO OSORIO - SC015200**  
**SABRINA NERON BALTHAZAR - SC041693**  
**EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por SILMARA APARECIDA DO ROSÁRIO MORESCO à decisão (fls. 346/352e), que conheceu do Agravo e deu provimento ao Recurso Especial interposto pela ora embargante, fixando os honorários sucumbenciais no percentual mínimo estipulado no art. 85, §§ 2º e 3º, I a V, c/c § 4º, do CPC/2015.

Nos presentes Aclaratórios, a recorrente sustenta o seguinte:

"Sentença de improcedência. Apelação negada. Interposto REsp, este teve seguimento negado. Agravo no REsp conhecido para dar provimento ao Recurso Especial.

Ainda, foram fixados honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte recorrente, no percentual mínimo estipulado no art. 85, §§ 2º e 3º, I a V, c/c § 4º, do CPC/2015. Custas e despesas *ex lege*.

O valor da causa é de R\$ 1.000,00. Não há condenação monetária ou proveito econômico direto.

Neste sentido, o montante arbitrado a título de honorários advocatícios sucumbenciais soma cerca de R\$ 130,00 (em sendo atualizado o valor da causa pelo IPCA-E), valor este irrisório.

Assim, e em atenção ao artigo 85, §8º do CPC, importante que a r. Ministra fixe o valor dos honorários advocatícios por apreciação equitativa" (fl. 355e).

Pleiteia, ao final, "sejam recebidos os embargos e dele conhecendo, lhe de provimento para suprir omissão apontada" (fl. 355e).

Assiste razão à embargante.

Com efeito, trata-se, na origem, de Ação Declaratória movida pela ora embargante em face da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na qual objetiva seja declarada ilegal a exigência de adequação de jornada ao limite de 60 horas semanais,

garantindo-se a acumulação dos cargos, nas formas e horários compatíveis praticados.

A sentença, que julgou improcedente o pedido, foi confirmada pelo Tribunal de origem (fls. 180/181e).

Interposto Recurso Especial desta decisão, foi provido por esta Relatora, para aplicar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "a acumulação de cargos públicos de profissionais da área de saúde, prevista no art. 37, XVI, da CF/88, não se sujeita ao limite de 60h semanais previsto em norma infraconstitucional, pois inexistente tal requisito na Constituição Federal" (STF, AgRg no RE 1.094.802, Rei. Ministro ALEXANDRE DE MORAES, 1ª TURMA, DJede 24/05/2018).

Nesse contexto, verifica-se que, de fato, trata-se de demanda cujo proveito econômico é inestimável e o valor da causa foi fixado em valor muito baixo, de forma que os honorários devem ser fixados de forma equitativa, consoante dispõe o art. 85, § 8º, do CPC/2015, **verbis**: "§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º".

Assim, no tocante aos honorários sucumbenciais, deve constar na decisão embargada o seguinte:

Nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015, fixo honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte recorrente, no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). Custas e despesas **ex lege**.

Ante o exposto, acolho os Embargos de Declaração, sem efeitos infringentes, para fixar honorários sucumbenciais, nos termos da fundamentação supra.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora